

O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NA TEORIA FUNDARENTISTA DE SUSAN HAACK

Vinícius Francisco Apolinário*

Resumo: Este artigo tem o objetivo de avaliar os méritos da teoria fundarentista de Haack no debate sobre a justificação das crenças empíricas. Para isso, apresentamos as duas principais tradições teóricas envolvidas nessa discussão, o fundacionismo e o coerentismo. Em seguida, analisamos os principais problemas decorrentes de cada uma dessas posições teóricas. Por fim, apresentamos a teoria de Haack como uma alternativa para as limitações das propostas tradicionais. A conclusão é que o fundarentismo é uma abordagem eficaz, a despeito de suas limitações.

Palavras-chave: Teoria da Justificação. Fundarentismo. Haack. Filosofia da Percepção. Conhecimento Empírico.

THE ROLE OF EXPERIENCE IN SUSAN HAACK'S FOUNDERENTIST THEORY

Abstract: This article aims to evaluate the merits of Haack's foundherentist theory into the debate concerning justification of empirical beliefs. For this purpose, we present the two main theoretical traditions involved in this discussion, foundationalism and coherentism. Then, we analyze the main problems concerning each of these theoretical positions. Finally, we show Haack's theory as an alternative for the limitations of these traditional positions. Our conclusion is that foundherentism is an effective approach, although we recognize limitations to be addressed.

Keywords: Theory of Justification. Foundherentism. Haack. Philosophy of Perception. Empirical Knowledge.

1. Introdução

A percepção sensorial é um objeto central de discussões referentes ao conhecimento empírico. Afinal, como comenta Fish (2010, p. 2. Tradução nossa), “[...] a percepção é a fonte primária do nosso conhecimento do mundo no qual vivemos”. Reflexões a seu respeito são tão antigas quanto a própria filosofia e, sobretudo desde século XX, a partir do surgimento e desenvolvimento das ciências cognitivas, a percepção tem se tornado alvo de intensos debates no campo científico. Já no campo filosófico, a percepção possui um papel chave na temática da justificação das crenças empíricas, na medida em que diferentes compreensões a respeito dela se traduzem em

* Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós Graduação em Filosofia da mesma instituição. Bolsista/FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo Tem interesse em Epistemologia, Teoria da Percepção (científicas e filosóficas) e Filosofia da Mente. E-mail: viniciusfapolinario@gmail.com

diferentes concepções sobre o que significa estar justificado em relação a uma dada crença ou hipótese empírica¹⁰⁶.

Nesse contexto, uma importante função da epistemologia é analisar e compreender *o papel da percepção na justificação das crenças empíricas*. Variadas tradições epistemológicas possuem diferentes teorias da percepção que buscam explicar, entre outras coisas, que tipo de relação nossas capacidades perceptivas têm com as nossas crenças, isto é, como a percepção nos coloca em uma posição adequada de contato epistêmico com o mundo.

De modo geral, podemos identificar duas abordagens centrais, e tradicionais, no que diz respeito às teorias epistemológicas da justificação: (a) fundacionismo¹⁰⁷ e (b) coerentismo (cf. BONJOUR, 2012. ETCHEVERRY, 2009. HAACK, 2009). Ambas as abordagens compreendem o papel da percepção de modo diferente, implicando profundamente nas suas respectivas capacidades de oferecerem respostas aos problemas classicamente a elas associados. O cenário de disputa entre fundacionistas e coerentistas parece ser um cenário de aporia e estagnação (cf. HAACK, 2009, cap. 1). As limitações encontradas em ambas as tradições tem uma íntima relação com as suas respectivas teorias da percepção, a saber, a teoria dos dados dos sentidos – no caso do fundacionismo –, e a abordagem “causalista” – no caso do coerentismo. Ao analisar as virtudes e vícios dessas teorias, identifiquei o potencial teórico de uma abordagem recente, alternativa, que a segue a tradição pragmatista (cf. DE WAAL, 2007), denominada *fundarentismo* (cf. HAACK, 2007 e 2009). Baseado no fundarentismo de Haack, defendo a hipótese de que seja possível encontrar uma resposta mais satisfatória para o problema da justificação das crenças empíricas. A grande contribuição de Haack é tentar combinar os bons *insights* da tradição, mas buscando evitar seus vícios. Onde o neologismo “fundarentismo” para denominar sua teoria, uma espécie de combinação entre fundacionismo e coerentismo.

2. Fundacionismo: estrutura linear de justificação e apelo aos dados dos sentidos

¹⁰⁶ Em relação ao interesse científico da percepção, ver Gardner (1985). Já em relação ao interesse filosófico, ver a introdução de Matthen em (2015), bem como em Fish (2010).

¹⁰⁷ O termo, em inglês, *foundationalism* costuma ser traduzido ora como “fundacionismo”, ora como “fundacionalismo”. Optamos pelo uso do primeiro.

Podemos destacar as principais teses do fundacionismo da seguinte forma: (1) Para haver conhecimento justificado é necessário uma base sólida a partir da qual se sustenta o “edifício” do conhecimento empírico – sendo esse edifício, na metáfora, tanto um conjunto de crenças em geral de um sujeito, quanto o conjunto de crenças de um domínio científico (cf. ETCHEVERRY, 2009, p. 33). De acordo com o fundacionista, é necessária uma fundação para que o processo de justificação de crenças não termine em algum dos três cenários considerados problemáticos na justificação epistêmica: (a) o raciocínio circular; (b) a arbitrariedade; ou (c) a simples ausência de justificação – esta última, certamente, a antítese da teoria da justificação¹⁰⁸ (cf. Ibidem. BONJOUR, 2012, p. 193-195). (2) O que constitui tal fundação são as crenças básicas. (3) As demais crenças, denominadas crenças não-básicas ou crenças derivadas, são inferidas e justificadas pelas primeiras. Ademais, tais crenças derivadas compõem a “superestrutura” do edifício do conhecimento empírico¹⁰⁹.

Um outro aspecto relevante da teoria fundacionista é a sua estrutura *linear* de justificação, no qual as crenças básicas sempre justificam as não-básicas, enquanto o contrário não é permitido. Esse aspecto linear das propostas fundacionistas é comumente associado ao modelo geométrico de justificação de crenças, também conhecido como inferencial-dedutivo¹¹⁰ (cf. DE WAAL, 2007, p. 224-225). Conforme esse modelo, um longo sistema de crenças é desenvolvido a partir de um começo – um conjunto de crenças simples, primitivas, básicas – e linearmente se infere as crenças subsequentes, assim como uma corrente conectada de elo em elo.

É preciso considerar, em mais detalhes, o conceito de crenças básicas, porque é nele que encontramos o papel da percepção nas propostas fundacionistas. As crenças básicas são compreendidas como aquelas por meio das quais um sujeito epistêmico

¹⁰⁸ De modo geral, fundacionistas desenvolvem sua linha argumentativa sobre a justificação epistêmica tendo como ponto de partida o que chamamos de “O Problema do Regresso Epistêmico” (cf. ZAGZEBSKI, 2009). Proposto inicialmente pelos céticos da Antiguidade, esse argumento foi revisitado pelos epistemólogos modernos. Conforme o argumento, para que a minha crença de que p esteja justificada, é necessário que p esteja justificada por q . Todavia, para que q esteja justificada, é necessário que q esteja justificada a partir de r ... e assim indefinidamente. O cenário resultante desse processo de regresso de razões seria (a), (b) ou (c), mencionados acima, no texto (cf. BONJOUR, 1985, 17-25. ETCHEVERRY, 2009, p. 9. HAACK, 2009, cap. 1).

¹⁰⁹ Já as crenças básicas, seguindo a analogia, comporiam a “infraestrutura”.

¹¹⁰ Dutra (2010, p. 81-98), ao abordar a posição epistêmica dos racionalistas fundacionistas da modernidade, também comenta sobre como o modelo matemático de investigação, sobretudo da geometria euclidiana, é adotado na epistemologia em geral.

acessa a verdade de um modo imediato, sem qualquer necessidade de processos inferenciais intermediários. A independência de processos intermediários na justificação das crenças básicas é baseada, sobretudo, “[...] no apelo à experiência sensorial e introspectiva” (BONJOUR, 2012, p. 196). Portanto, tal apelo é feito para fontes consideradas não-inferenciais, sobretudo advindas da percepção. O procedimento mais comum é compreender esse acesso a fontes não-inferenciais como um acesso aos dados dos sentidos que se apresentam ao sujeito epistêmico, no ato perceptivo.

Pode-se entender “dados dos sentidos” como aquilo que é imediatamente apreendido na experiência, algo de natureza mental, frequentemente associado a termos como “ideias” (no vocabulário empirista moderno), “impressões”, “imagens mentais”, “aparências”. Por exemplo, quando vejo uma laranja na fruteira, ou uma folha fresca de alface no prato, ou mesmo um micro-organismo (com o auxílio de um microscópio) no laboratório, essas experiências me colocam em contato com várias impressões, sensações, como formato, cor, textura, desses objetos. Em condições normais, formo uma representação mental desses objetos na minha mente. Estes seriam os elementos *dados* da nossa experiência, não mediados por inferências. Eles seriam o que confere validade ao *status* das crenças básicas. Dessa forma, uma boa parte dos adeptos do fundacionismo também se veem entusiastas da *teoria dos dados dos sentidos*. Snowdon define os dados dos sentidos da seguinte forma:

Vamos dar o nome de *sense-data* [dados dos sentidos] para as coisas que são imediatamente conhecidas nas sensações: tais coisas como cores, sons, cheiros, durezas, enrugado, etc. Nós daremos o nome de “sensação” para a experiência de estar imediatamente consciente dessas qualidades (SNOWDON, 2015, p. 121. Tradução nossa).

A percepção, portanto, é compreendida como um mediador entre a mente e o mundo das entidades físicas. A natureza dos dados dos sentidos é normalmente entendida como não-física, mental ou psicológica, baseada nas experiências privadas do sujeito. A apreensão dos dados dos sentidos seria o contato garantido na relação entre mente e mundo. Assim sendo, a teoria dos dados dos sentidos oferece uma teoria perceptiva que se encaixa muito bem na perspectiva fundacionista¹¹¹.

¹¹¹ Um excelente exemplo da teoria fundacionista, desenvolvida justamente a partir da teoria dos dados dos sentidos, é encontrado em Russell (1914).

Por fim, as crenças não-básicas ou derivadas são crenças inferencialmente justificadas, isto é, seu processo de justificação envolve o uso de outras crenças para garantir seu suporte, via diferentes procedimentos inferenciais (dedução, indução, etc.). Suponha que você veja a sombra de um animal e infira que ele seja um onça. Você sustenta essa crença porque esse animal é peludo, possui garras e é de um determinado tamanho. Você sabe que está próximo de uma área de proteção de animais, especialmente mamíferos. Em suma, é possível inferir uma série de crenças sem nenhuma referência direta para a sua experiência. Entretanto, conforme o fundacionista, em *algum* momento é necessário que esse processo culmine num ponto onde não haja mais necessidade de justificar crenças baseadas em outras, sob pena de cairmos num regresso infinito de razões, alguma circularidade ou ausência de qualquer tipo de justificação, num dado momento. É necessário, por conseguinte, que tais crenças derivadas sejam sustentadas por crenças básicas, no final do processo de justificação. E essas crenças básicas, como vimos, são sustentadas diretamente pela experiência, ou melhor dizendo, pelos *dados dos sentidos*¹¹².

2.1 O “mito do dado” e os problemas da abordagem fundacionista

Em linhas gerais, as propostas fundacionistas precisa lidar com duas categorias comuns de problemas: (i) o primeiro, relacionado à natureza da relação entre as crenças básicas e não-básicas; (ii) o segundo, relacionado à própria natureza das crenças fundacionais. Em vista do nosso interesse sobre o papel epistêmico da percepção, concentremo-nos no segundo problema, já que ele envolve, diretamente, a discussão sobre como a percepção se relaciona com as crenças básicas.

Esse segundo problema, provavelmente a maior fonte de críticas ao fundacionismo, se refere à natureza das crenças básicas. É necessário esclarecer como elas são justificadas sem que demandem nenhum tipo de outras razões, conhecimento de fundo (*background*), etc. “Em outras palavras, a alegação de verdade das crenças básicas não pode envolver nenhuma relação inferencial” (ETCHEVERRY, 2009, p. 46). A resposta mais comum dos fundacionistas é o apelo aos dados dos sentidos (ver seção 4.1). Entretanto, esse procedimento se tornou uma fonte de questionamentos profundos a partir do século XX, via críticos que defendem a seguinte tese: a experiência

¹¹² Encontramos apresentações detalhadas da estrutura fundacionista em Etcheverry (2009) e Haack (2009, cap. 1-2).

perceptiva não é capaz de justificar as crenças empíricas devido ao fato de que somente conteúdos estruturados *conceitualmente* são capazes de conferir justificação. Dos vários críticos, destacamos a crítica conhecida como “o mito do dado” ou, simplesmente, “o dilema de Sellars¹¹³”.

De acordo com a crítica, os fundacionistas, ao apelarem para um tipo de apreensão imediata, baseada nos dados dos sentidos, como justificação não-inferencial para as crenças básicas, encontram-se numa situação na qual precisam lidar com duas opções. Por um lado, se a experiência sensorial possuir uma natureza ou conteúdo conceitual (veiculando proposições), tal como nossas crenças, sendo possível estar justificada ou não, ela é capaz de transmitir seu *status* epistêmico para outras crenças. Porém, estar justificado nesse sentido implica o uso de procedimentos inferenciais e apelo a outras crenças (prévias), nos colocando, novamente, no ponto de partida sobre como interromper um regresso infinito de justificação. Por outro lado, se a experiência não possuir um conteúdo proposicional e conceitual, ela não demandará justificação posterior. Contudo, nos encontraremos numa situação na qual precisaremos explicar como algo que não pode ser identificado com uma razão pode ser epistemicamente relevante para justificarmos outras crenças. Donde a literatura se refere a esse problema como um “dilema”.

O contexto de justificação epistêmica é aquele no qual existem elementos conceitualmente articulados, estruturados em premissas e conclusões, juntamente a valores epistêmicos, como “verdadeiro”, “adequado” e “razoável”. Os dados dos sentidos, tal como defendidos pelos fundacionistas, são fruto de processos causais no organismo, destituídos de conteúdos conceituais e proposicionais. Os “críticos do dado” costumam afirmar que fundacionistas confundem *causação* com *justificação* (cf. HAACK, 2009, p. 68).

3. Coerentismo: função minimizada da percepção e estrutura holística de justificação

Em função dos problemas encontrados nas propostas fundacionistas, especialmente o mito dado, a abordagem coerentista surge como uma alternativa no debate sobre a justificação epistêmica. Esse contraste com o fundacionismo é tão forte

¹¹³ Para mais detalhes sobre essa crítica ao fundacionismo, ver Sellars (2008) e Bonjour (1985).

que Bonjour chega a definir o coerentismo como uma posição “essencialmente negativa¹¹⁴”. Um dos pontos de partida dos coerentistas é a rejeição da tese de que os dados dos sentidos conferem justificação não-inferencial às crenças básicas (cf. BONJOUR, 1985. DAVIDSON, 1986a). A experiência, porém, possui alguma função no coerentismo, mas essa função é focada no seu aspecto *causal*. A experiência perceptual é um mecanismo a partir do qual *produzimos* crenças. Contudo, nossas crenças são somente *justificadas* a partir da sua relação com um conjunto de crenças. Assim sendo, as propostas coerentistas não admitem nenhuma fonte de justificação que não seja outras crenças, conferindo à percepção apenas a função de gerá-las via mecanismos causais.

Conforme a posição coerentista, a justificação de crenças empíricas é baseada nas relações de uma determinada crença surgida (ou colocada sob análise) com o *conjunto* de crenças que já fazem parte do sistema de um sujeito epistêmico. Nas palavras de Bonjour:

[...] A alegação central do coerentismo é que a única base para a justificação epistêmica são as relações entre crenças, ao invés de relações entre crenças e algo externo. Mais especificamente, alega-se, o que justifica as crenças é a forma em que elas se adequam juntas: o fato de que elas *são coerentes* umas com as outras (2010, p. 186-187. Tradução nossa).

De acordo com a proposta coerentista, minha crença, por exemplo, de que há um jardim florido à minha frente, é baseada no modo como essa crença se “encaixa” no meu sistema de crenças. Esse conjunto de crenças fornece as condições a partir das quais avaliarei a justificação dessa crença específica. Em geral, tenho um *background* de crenças que acesso para identificar esse jardim – por exemplo, o conhecimento de outros espaços semelhantes, que denominamos jardins, que costumam possuir certas características. Essas “crenças de fundo” são o que realmente dita a validade de qualquer crença particular.

Num primeiro momento, de maneira intuitiva, a proposta coerentista parece invocar alguma forma de circularidade. Afinal, um dos objetivos da teoria da justificação é, justamente, evitar processos circulares de justificação. O coerentismo, ao

¹¹⁴ “[...] A principal motivação para uma teoria coerentista não é a plausibilidade independente ligada à ideia de que a coerência é a única base para a justificação, mas sim, a insustentabilidade do fundacionismo em todas as suas formas” (BONJOUR, 1985, p. 149. Tradução nossa).

focar, de modo substantivo, na relação das crenças entre si, no todo circulando a si mesmo, não estaria carregando o problema da circularidade consigo? É nesse quesito que um dos mais interessantes *insights* do coerentismo é apresentado, de forma a lidar com esse problema. Conforme Bonjour, ao falarmos de circularidade, é preciso pensar em círculos “amplos o suficiente” para julgar o nível de coerência de um sistema de crenças, bem como sua capacidade de conferir justificação para uma crença específica. A justificação epistêmica, seguindo a abordagem coerentista, envolve uma teia complexa e inter-relacionada de crenças, não um grupo pequeno e isolado. Bonjour vai mais além, afirmando que a circularidade viciosa só é realmente um problema caso adotemos um *modelo linear* de justificação, tal como faz o fundacionismo¹¹⁵. A própria “cadeia” de crenças já emana uma certa linearidade. Assim sendo, uma crítica importante dos coerentistas aos fundacionistas é a interpretação de que o processo de justificação de crenças seja linear, unidimensional e assimétrico (cf. BONJOUR, 2010, p. 189). Ao contrário, dessa perspectiva, o coerentismo propõe que encaremos a justificação epistêmica como fundamentalmente não linear e holística, no qual as crenças se envolvem em complexas relações entre si, transmitindo suporte umas para as outras, sem que nenhuma tenha um *status* especial, como o caso das crenças básicas. Uma metáfora que acomoda bem a perspectiva coerentista é a seguinte:

[...] Uma balsa constituída por nosso conjunto de crenças, flutuando, livre de amarras ou âncora, sobre um oceano. Para que permaneça coesa sobre as águas e não se perca nelas, é preciso que mantenha a força da união de estrutura, assim como cada parte “danificada” deve ser reparada, pela salvaguarda do todo (ETCHEVERRY, 2009, p. 49-50).

3.1 Percepção no coerentismo

Tendo considerado as principais teses do coerentismo, podemos mencionar, por fim, a concepção de percepção adotada pelos seus adeptos. Iremos recorrer, então, a Davidson (1986a e 1986b), importante e influente filósofo para posições coerentistas. Seu problema não é que o conhecimento empírico não tenha alguma relação com a experiência perceptual, mas sim a confusão fundacionista sobre *como* sensações se conectam com crenças. Parte dessa confusão advém de uma constatação aparentemente óbvia: “[...] sensações são o que conectam o mundo e nossas crenças, e elas são

¹¹⁵ Esse argumento é desenvolvido, entre outros lugares, no subcapítulo *Linear versus nonlinear justification* (BONJOUR, 1985).

candidatas a justificadoras porque, frequentemente, estamos conscientes delas” (DAVIDSON, 1986a, p. 311. Tradução nossa). Seguindo esse raciocínio, o ponto central é que estar consciente das sensações já não envolve mais somente ter sensações, mas também, crenças. Uma maneira de elucidar essa tese é comparando as seguintes expressões: “eu *sei* que tenho a sensação de ver alguma luz verde à minha frente” e “*sinto* uma luz verde à minha frente”. Ambas as expressões, Davidson, aparenta sustentar, estabelecem relações distintas entre sensações e crenças. A relação apropriada, segundo ele, é a seguinte:

A relação entre uma sensação e uma crença não pode ser lógica, já que sensações não são crenças ou outras atitudes proposicionais. O que, então, é essa relação? A resposta é, penso, óbvia: a relação é causal. Sensações causam algumas crenças e nesse sentido são a base ou fundamento para essas crenças. Mas uma explicação causal não mostra como ou porque a crença é justificada (Ibidem. Tradução nossa).

É nesse sentido que afirmamos que o coerentismo sustenta uma teoria *causalista* da percepção. O papel desta é o de causar crenças e, essas sim, serem passíveis de justificação. A proposta coerentista pode ser tomada como atraente, num primeiro momento, devido aos problemas característicos do fundacionismo. Porém, observamos limitações tão patentes quanto aquelas apontadas no fundacionismo.

Dois problemas no coerentismo parecem se destacar, considerando nosso interesse no papel epistêmico da percepção: (1) o “problema do isolamento” ou “objeção ao estímulo”; (2) o problema dos “sistemas alternativos igualmente coerentes” (cf. BONJOUR, 2012. HAACK, 2009).

A objeção ao estímulo argumenta contra o coerentismo da seguinte forma: se a justificação epistêmica de crenças empíricas depender exclusivamente da coerência interna e das articulações entre crenças, admitiremos crenças empíricas justificadas sem a necessidade, e importância, dos estímulos advindos de um mundo extraconceitual, que deveria ser o objeto de nossos juízos empíricos. Afinal, quando vejo jardins, animais, frutas, células (com auxílio de microscópios), como minha atividade perceptiva não contribuiria, significativamente, para a justificação das minhas crenças referentes a essas entidades? Outro exemplo que causa dificuldades explanatórias para coerentistas são crenças sobre estados “internos”, como a dor. Ao sentirmos dor, é necessário algo

para além dessas sensações que justifiquem a crença de que estamos, efetivamente, com dor? É preciso um arcabouço conceitual prévio para dar *sentido* a essa experiência?

A segunda objeção se conecta com a primeira. Ela se refere ao seguinte: ainda que tenhamos uma concepção de coerência sofisticada, detalhada e rigorosa, continuaremos a ter dificuldades em optar por um sistema de crenças coerente em relação a outros. Um cenário paradigmático é aquele no qual temos diferentes hipóteses científicas alternativas, visando explicar um determinado fenômeno, que são mais ou menos coerentes na mesma medida. Como optar por uma hipótese, descartando as outras, sem levar em conta a experiência como “tribunal”? Se coerência (ou qualquer variação que estabeleça que somente relações entre crenças seja necessário para a justificação epistêmica) for o único critério a partir do qual iremos avaliar nossas crenças e hipóteses, corremos o risco de construir sistemas de crenças que não tenham referência alguma ao mundo exterior como seu ponto último, estando, portanto, absorvido em si mesmo¹¹⁶.

4. O problema: uma situação de aporia

Tendo considerado as principais teses e objeções das propostas tradicionais – fundacionismo e coerentismo –, encontramos-nos numa situação de aporia. Cada uma as posições recebem objeções bastante sérias a aspectos essenciais de suas teorias. Por exemplo, a objeção do “mito do dado” compromete, em grande parte, o movimento argumentativo comum dos fundacionistas, de apelar para os dados dos sentidos como forma de justificação não-inferencial que confere um *status* especial para um certo tipo de crença, as crenças básicas. Pelo lado do coerentismo, a objeção da “aversão/isolamento ao estímulo” coloca em risco o projeto de se defender uma teoria da justificação puramente baseada nas relações entre crenças, movimento este que artificializa nosso contato epistêmico com a realidade.

Dessa forma, as abordagens tradicionais se encontram num certo dilema: como ser capaz de conciliar dois compromissos teóricos aparentemente fundamentais:

(i) Entender e estabelecer, de maneira adequada, o papel da percepção na justificação das crenças empíricas, de modo a reconhecer a importância da experiência

¹¹⁶ Essas objeções são exploradas em detalhes por Bonjour (2010), Etcheverry (2009) e Haack (2007 e 2009).

como “tribunal” ou “árbitro” para o confronto das nossas ideias, hipóteses, conjecturas, sobre o mundo. Entretanto, sem que ignoremos a imensa importância dos aspectos normativos de se adquirir crenças, bem como o papel das nossas capacidades conceituais para a efetiva justificação do conhecimento empírico.

(ii) Entender o papel da normatividade e das articulações linguísticas e conceituais na justificação do conhecimento empírico. Compreender como conceitos e normas influenciam o modo como um sujeito epistêmico interpreta sua experiência perceptiva. Porém, levando-se em conta os elementos causais, não conceituais presentes na percepção.

Acreditamos que nem o fundacionismo, tampouco do coerentismo, são capazes de lidar com esses compromissos¹¹⁷. Nossa hipótese é que a teoria *fundarentista* da justificação, proposta por Haack, é capaz de apresentar um programa de pesquisa que supere limitações patentes das propostas tradicionais. Como Haack (cf. 2009, p. 39) enfatiza, fundacionismo e coerentismo não *encerram* as soluções possíveis na teoria da justificação. A intenção fundarentista é desenvolver

uma abordagem que não será nem puramente *a priori* nem puramente empírica, em caráter, mas modestamente naturalista, permitindo a relevância contributiva tanto de considerações empíricas, quanto das capacidades e limitações cognitivas dos seres humanos e considerações de caráter lógico, dedutivo (HAACK, 2009, p. 38. Tradução nossa).

Cabe mencionar, por fim, que o fundarentismo não é a única abordagem contemporânea que busca superar o legado dos fundacionistas e coerentistas. Como alguns exemplos, podemos mencionar a epistemologia das virtudes de Zagzebski (2009) e o naturalismo de Kornblith (2002).

¹¹⁷ Cabe mencionar que estamos nos referindo às teorias tradicionais em suas formas canônicas, envolvendo os pressupostos mais amplamente aceitos em propostas específicas. Existem propostas “mitigadas” do fundacionismo e do coerentismo, que buscam lidar com as objeções levantadas neste artigo. Mas, como Haack (2009) conclui, ao avaliar tais posições mitigadas em detalhes, tais respostas se distanciam demais dos seus compromissos iniciais. Por que não, então, formularmos uma nova perspectiva? Eis o ponto do fundarentismo de Haack.

5. Fundarentismo: ancoragem na experiência, naturalismo e holismo

Como já comentado, o objetivo do fundarentismo é combinar duas teses não tão bem articuladas pelas teorias tradicionais: (i) permitir a relevância da experiência na justificação epistêmica; (ii) permitir o suporte mútuo entre crenças. Em relação a (i), é necessária uma articulação entre os aspectos causais e lógicos. Em relação a (ii), é necessário mostrar como o mútuo suporte entre as crenças se distingue da circularidade viciosa (cf. HAACK, 2009, p. 117). Ao final da exposição dos aspectos gerais do fundarentismo, esperamos mostrar como ambas as teses se combinam, ou ao menos apontar um caminho para futuras investigações.

Os principais comprometimentos teóricos do fundarentismo são seu naturalismo modesto, seu gradualismo no processo justificativo e sua abordagem evidencialista na epistemologia.

Naturalismo é um termo ambíguo, utilizado com diferentes propósitos e significados. Haack (2009, p. 167-168), inclusive, identifica ao menos cinco versões de epistemologias naturalistas. O fundarentismo de Haack se identifica com o que a autora chama de “naturalismo reformista aposteriorista” (Ibidem, p. 168). Esse naturalismo defende que “os resultados das ciências da cognição podem ser relevantes para, e legitimamente utilizados na, resolução dos problemas epistemológicos tradicionais (Ibidem. Tradução nossa). Dessa forma, fundarentistas podem incorporar considerações de muitas áreas distintas que tomam o conhecimento humano como objeto de estudo. Esse tipo de naturalismo se distingue de dois extremos: um primeiro, às vezes presente nas teorias tradicionais, no qual considerações empíricas não devem ser utilizadas pelo epistemólogo, sob pena de se criar uma circularidade entre epistemologia e o conhecimento empírico, caso o objetivo filosófico seja o de legitimar o restante do conhecimento¹¹⁸; um segundo, para o qual a epistemologia deveria ser totalmente substituída por considerações das ciências cognitivas¹¹⁹.

O comprometimento com o gradualismo aponta que, se tratando de justificação epistêmica, não estamos, nunca, categoricamente (completamente) justificados ou

¹¹⁸ Por exemplo, o coerentismo de Bonjour (1985) tem esse ponto de partida antinaturalista.

¹¹⁹ Por exemplo, o naturalismo de Churchland (1987) tem essa pretensão.

injustificados. O suporte para nossas hipóteses empíricas sobre o mundo envolve um processo gradual, do menos ao mais justificado. Como coloca Haack, “A [sujeito epistêmico A] está mais ou menos justificado em acreditar que *p* dependendo de...” (HAACK, 2009, p. 117. Tradução nossa).

O terceiro elemento a se destacar é que o fundarentismo, ao estabelecer a justificação epistêmica em termos de como um sujeito epistêmico utiliza suas evidências para sustentar uma determinada hipótese ou conjectura empírica, acaba fazendo parte da família de teorias que compreendemos como *evidencialistas*¹²⁰. Algo relevante de se destacar em posições evidencialistas é que o conceito de evidência não envolve somente crenças articuladas proposicionalmente, mas todo estado mental que possa conferir alguma forma de suporte epistêmico para uma conjectura empírica. Conee e Feldman, referências no debate sobre o evidencialismo, mencionam que “[...] parte das evidências de uma pessoa de que é um dia quente *pode* ser sua sensação de calor. A sensação em si mesma é *parte* da sua evidência¹²¹” (CONEE; FELDMAN, 2004, p. 2. Tradução nossa. Destaque nosso).

O primeiro elemento do fundarentismo a ser destacado é a sua concepção de *evidência*. O ponto central a se destacar é a necessidade de abarcar tantos os aspectos causais quanto lógicos que dão suporte para uma determinada crença empírica. Justamente por isso, Haack (cf. 2008, p. 136) associa sua teoria à tese do *duplo aspecto da justificação*¹²². Assim sendo, o quão justificado um sujeito epistêmico está em acreditar depende não só do que ele acredita (das crenças possuídas por ele), mas no porquê dele acreditar nessas crenças e não em outras. Por exemplo, duas pessoas acreditam que um acusado de furto seja inocente. A primeira, porque ela tem evidência de tê-lo visto a alguns quilômetros de distância do local onde o crime ocorreu, no momento desse acontecimento. A segunda acredita na inocência devido ao acusado

¹²⁰ “Eu tomo como garantido que os conceitos de crença justificada e de boa evidência estão intimamente conectados [...]” (HAACK, 2009, p. 13. Tradução nossa).

¹²¹ A ênfase no “pode” e “parte” tem a pretensão de diferenciar o evidencialismo da justificação não-inferencial das crenças básicas fundacionistas. Propostas evidencialistas não pretendem estabelecer algum *status* especial para nenhum tipo de crença, nem defendem que algumas crenças sejam *exclusivamente* justificadas baseadas na evidência sensorial.

¹²² Haack introduziu a tese do duplo-aspecto com o intuito de distinguir sua abordagem da justificação de abordagens que compreendem justificação como relações puramente doxásticas, isto é, puramente focadas em relações entre *crenças*, como o caso do coerentismo, em geral, e de Davidson (1986a), em particular.

possuir um rosto honesto. Ambas possuem a mesma crença (“o acusado é inocente”), mas a evidência da primeira é claramente mais robusta que da segunda, portanto, estando mais justificada (cf. *Ibidem*, p. 137). Dessa forma, o grau de justificação depende da qualidade da evidência que causa a crença sob consideração – os elementos causais que levam o sujeito epistêmico a sustentar uma determinada crença¹²³. Ao considerarmos essa discussão sobre a qualidade da evidência, estamos combinando, de certo modo, os três elementos mencionados anteriormente (naturalismo, gradualismo e evidencialismo).

Já no contexto da discussão sobre os aspectos causais, Haack apresenta uma explicação de como a experiência contribui, mesmo que parcialmente, para a justificação das nossas crenças empíricas. Segundo ela, para entender o fundarismo é preciso ter em mente a distinção de dois elementos presentes no nosso conceito de *crença*: (i) os estados mentais (alguém *acreditando* em algo) e (ii) o conteúdo (aquilo que é *acreditado*). Isto é, uma distinção entre *estado de crença* e *conteúdo da crença* (cf. HAACK, 2008, p. 137 e 2009, p. 118). Os estados mentais relacionados às crenças são chamados de *Crenças-S* (*S-beliefs*) e o conteúdo das crenças de *Crenças-C* (*C-beliefs*). A ideia central é que diferentes estados mentais podem veicular proposições, mesmo os que não sejam linguisticamente articulados em sua natureza, como o caso da atividade perceptiva. Por exemplo, crenças, traços de memórias, experiências perceptuais são estados mentais distintos, mas capazes de veicular conteúdos proposicionais¹²⁴. Essa diferença ficou conhecida na literatura como “a tese do conteúdo compartilhado¹²⁵” (*shared content thesis*). De acordo com a tese, a experiência é capaz de constranger nossas crenças empíricas na medida em que nos apresenta o mundo exterior como sendo de alguma forma, assim como nossas crenças também o fazem (isto é, elas descrevem o mundo como sendo de tal e tal forma). Dessa forma, podemos conceber que existe um conteúdo (proposições) compartilhado tanto por nossas crenças quanto pela nossa experiência perceptual, embora sejam estados mentais diferentes. Verifica-se, aqui, uma tensão entre os argumentos de Sellars e Davidson, por um lado, e os de Haack, por outro.

¹²³ “Em resumo, o grau de justificação depende da qualidade que efetivamente causa a crença em questão” (HAACK, 2008, p. 137. Tradução nossa).

¹²⁴ A ideia por trás dessa distinção é que, algumas proposições representam o conteúdo de uma crença, enquanto outras proposições representam o conteúdo da experiência perceptual (cf. HAACK, 1997, p. 8).

¹²⁵ Uma boa explicação dessa tese é encontrada em Carvalho (2016, p. 547-548).

A partir dessa distinção, é possível detalhar a noção de evidência no fundarentismo. Haack começa (cf. HAACK, 2008, p. 137. Idem, 2009, p. 120). Ao tratarmos do lado causal da evidência, estamos nos referindo à evidências-S¹²⁶. Segundo o fundarentismo, ao considerarmos os fatores que inibem ou sustentam as crenças, é preciso distinguir os componentes evidenciais e não-evidenciais: “estados de crença, estados perceptuais, estados introspectivos, traços de memória, contarão como evidenciais; outros estados, como os desejos e medos, estar sob influência de álcool ou pânico, não contarão” (HAACK, 2009, p. 121. Tradução nossa). Por outro lado, quando falamos em evidência-C, entramos no lado lógico da discussão sobre a noção de evidência¹²⁷. Evidência-C se refere ao conjunto de proposições que o sujeito epistêmico possui, em relação à uma dada conjectura empírica (cf. HAACK, 2008, p. 138). É nesse ponto que nossas considerações se referem a relações lógicas entre proposições, entre coerência e incoerência, entre verdadeiro e falso. Quando a evidência-C é proveniente de crenças (ou razões) de um sujeito, então estamos falando de uma relação de uma crença para outra. Quando a evidência-C é proveniente da experiência, então estamos falando de uma relação entre a descrição dessa experiência e uma proposição¹²⁸.

O conceito de evidência-C, finalmente, visa combinar tanto os aspectos causais quanto discursivos das nossas interações cognitivas com o mundo – donde o fundarentismo defender uma tese de “duplo-aspecto” entre razões e experiências. Afinal, o conjunto de proposições disponíveis para um sujeito epistêmico depende da relação que essas proposições têm com estados mentais que o sustentam ou inibem¹²⁹.

¹²⁶ Evidência-S, seguindo a distinção estado-conteúdo, se refere aos estados mentais causalmente relacionados com as crenças de um sujeito (cf. HAACK, 2009, p. 118). O objetivo é agrupar todos os estados mentais relevantes (estados de crença, estados perceptuais, estados de memória, etc.) numa única categoria, chamada de evidência-S.

¹²⁷ Afinal, Haack comenta o seguinte: “[...] sentenças e proposições, não estados de uma pessoa, [são] os quais podem suportar ou enfraquecer umas às outras, aumentar a probabilidade ou desconfirmar, ser consistente ou inconsistente umas com as outras, ser coerente ou falhar como uma história explanatória” (2009, p. 124. Tradução nossa).

¹²⁸ Haack (2008, p. 138) distingue a evidência-C entre “razões-C” e “evidência experiencial-C” (*C-reasons* e *experiential C-evidence*, respectivamente). Sobre a evidência baseada na experiência, Haack (cf. Ibidem) propõe que a compreendamos como um conjunto de proposições que se referem ao fato de que um sujeito epistêmico está num determinado estado perceptual, que qualquer sujeito, em condições normais, também estaria, caso estivesse, por exemplo, vendo ou ouvindo aquele determinado animal.

¹²⁹ Numa passagem de *Evidence and Inquiry*, Haack ressalta a importância do vínculo entre as proposições de um sujeito e seus estados mentais. Na medida em que o núcleo do conceito de evidência, no fundarentismo, são as evidências-C, para quê passarmos tanto tempo discutindo o aspecto causal da evidência? A resposta é a seguinte: “[...] deve ser realçado [nesse contexto] que a caracterização da ‘evidência-C de A [onde A é um sujeito]’ é dependente da caracterização da ‘evidência-S de A com

Toda essa longa sequência de termos e conceitos é desenvolvida com o intuito, por parte de Haack, de explicar como a evidência, para um sujeito epistêmico, é construída num contínuo, partindo da experiência perceptiva e chegando, no fim, nas nossas articulações conceituais mais sofisticadas.

Baseado nesse vocabulário fundarentista, podemos, finalmente, explicar sua estrutura justificacional. O quão bem justificado um sujeito está depende dos seguintes requisitos: (1) o quão bem a crença em questão é suportada pela sua evidência¹³⁰ experiencial e razões; (2) o quão bem justificadas essas razões estão, independentemente da crença em questão; (3) quanta evidência relevante está sendo incluída nessa justificação¹³¹ (cf. HAACK, 2008, p. 139 e 2009, p. 127). Dito de outro modo, a justificação para um fundarentista envolve (i) o quão favorável é a evidência direta em relação à crença que se pretende justificar, baseado nas suas experiência perceptual (incluindo memória da experiência perceptual passada) e as razões de *background*, já aceitas pelo sujeito; (ii) o quão seguras (ou justificadas) são as razões ou crenças *já assumidas pelo sujeito epistêmico, independentemente* da crença em questão (que se pretende provar); (iii) se a evidência considerada para a justificação é, ao menos nas circunstâncias consideradas, suficientemente relevante para a sustentação da crença que se pretende justificar.

Em (i), analisamos como a experiência (perceptual e introspectiva) está bem conectada à crença em questão, se nossos estados perceptuais, introspectivos¹³² e traços de memória, em suma, se nossas interações experienciais com o mundo foram realizadas sob boas condições. Por exemplo, se observei aquele objeto sob vários ângulos, distâncias, se estava em boas condições de perceber aquele objeto – se o observava sob condições ideais de iluminação, etc. Além disso, analisamos se as crenças possuem boas conexões inferenciais com o que queremos explicar, além de nossas crenças de *background* que temos sobre circunstâncias adequadas de usarmos

respeito a p', o qual a parte causal da teoria forneceu [uma explicação]" (HAACK, 2009, p. 125-126. Tradução nossa).

¹³⁰ Nesse ponto da explicação, já estamos considerando evidência como “evidência-C” (ou seja, o conjunto de proposições) seja qual o estado mental ao qual ela está ligada.

¹³¹ (1) é chamado o requisito da ‘suportividade’ (*supportiveness*). (2) é o requisito da “segurança independente” (*independent security*). (3) é o requisito da “abrangência” (*comprehensiveness*).

¹³² Haack distingue percepção de introspecção para que não confundamos estados mentais referentes a objetos e eventos no mundo externo de estados mentais referentes ao que estamos conscientes (cf. HAACK, 2009, p. 123).

nossa percepção, de testemunho etc. Esse primeiro requisito busca garantir a ancoragem na experiência, por parte do fundarentismo. O requisito (ii) diz respeito à necessidade das razões utilizadas para suportar uma determinada crença serem *independentemente* justificadas, isto é, essas crenças se sustentam por si mesmas, sem depender da crença específica que estamos justificando. As crenças presentes no nosso conjunto de crenças precisam estar em boa condição epistêmica sem depender, diretamente, da conjectura que pretendemos justificar. O objetivo de Haack (cf. 2008, p. 139 e 2009, p. 130), com isso, é evitar uma circularidade viciosa. O requisito (iii) chama atenção para o fato de que precisamos analisar se o sujeito epistêmico em questão está considerando todas as evidências possivelmente relevantes, isto é, por exemplo, se o cientista fez as observações necessárias, se considerou as teorias mais importantes relativas àquele fenômeno, se não ignorou alguma evidência que possa ser crucial para a qualidade da sua justificação.

A metáfora que melhor corresponde ao fundarentismo é a do *jogo de palavras cruzadas*¹³³ (cf. HAACK, 2008, p. 139 e 2009, p. 126). As pistas (*clues*) do jogo são o análogo das evidências experienciais do sujeito epistêmico. As entradas (*entries*) já completadas são o análogo das razões, das crenças já possuídas pelo sujeito. As pistas não dependem das entradas para se justificarem (ao menos não inteiramente), enquanto que as entradas então intimamente inter-relacionadas, isto é, uma entrada depende de outras entradas já completadas que se interconectam com ela. Essa analogia de Haack nos permite visualizar a relação entre a experiência e as crenças do sujeito, trabalhando em conjunto, para construção do seu conhecimento empírico. Além disso, destaca as particularidades de cada tipo de evidência. O *insight* coerentista, com respeito às relações holísticas entre nossas crenças é preservado. A insistência fundacionista na ancoragem experiencial é, também, atendida

5.1 Teoria Ecológica da Percepção e Fundarentismo

Ademais, tal como o fundacionismo e coerentismo, o fundarentismo também defende uma concepção particular sobre a percepção. Em geral, Haack tem a pretensão de conciliar nossas concepções pré-analíticas sobre a “evidência dos sentidos”, isto é, a compreensão intuitiva e anterior à reflexão filosófica, com aquilo que conhecemos sobre

¹³³ Em inglês, *crossword-puzzle*.

a percepção sob o ponto de vista científico. A noção pré-analítica é compreendida da seguinte forma:

Seres humanos [...] percebem coisas e eventos no mundo ao seu redor, uma pessoa interage, por meio dos seus sentidos, com as coisas ao seu redor, essas interações são ao que “experiência sensorial” se referem. Nossos sentidos são, em grande medida, bons em detectar o que acontece ao nosso redor; mas, em circunstâncias desfavoráveis, podemos não estar habilitados a ver ou escutar claramente, e podemos perceber erroneamente (*misperceive*) [...] (HAACK, 2009, p. 122. Tradução nossa).

Três considerações merecem ser feitas sobre essa passagem. Primeiro, Haack fala dos sentidos como meios de *interagir com coisas e eventos ao nosso redor*, não dados dos sentidos, imagens ou representações mentais¹³⁴. Segundo, a filósofa endossa uma posição *realista* da percepção, voltada mais para o modo como detectamos informações no mundo externo e menos no “acesso imediato” normalmente pensado na teoria dos dados dos sentidos. Terceiro, Haack admite que nossas interações perceptuais com o mundo podem falhar, devido a circunstâncias desfavoráveis. Dessa forma, seu fundamentismo assume uma posição *falibilista* da percepção¹³⁵.

Haack encontrou um ponto de consonância de sua concepção pré-analítica com a *teoria ecológica da percepção*, de Gibson (1968). Conforme a abordagem gibsoniana da percepção, os sentidos dos organismos (humanos ou não-humanos) devem ser considerados *sistemas perceptuais*, sistemas com a função de detectar informações proporcionadas ou oferecidas (ao organismo) pelas coisas e eventos no ambiente. A teoria da percepção, segundo a abordagem ecológica, deve estar direcionada para como organismos, em condições *normais e habituais*, detectam informação do mundo ao seu redor e interagem com ele a partir dessas informações. Nessa perspectiva, “nós devemos conceber os sentidos externos numa nova forma, enquanto ativa, ao invés de passiva,

¹³⁴ No capítulo 5 (*The Evidence of the Senses*) de *Evidence and Inquiry*, Haack passa boa parte da discussão recusando teorias da percepção baseadas nos dados dos sentidos, subjetivos e privados. Nesse quesito, ela é tão avessa à esse tipo de teoria perceptiva quanto Davidson e Sellars. Entretanto, sua alternativa aos dados dos sentidos é significativamente diferente dos dois últimos.

¹³⁵ No contexto epistemológico, falibilismo se relaciona com a tese de que é possível que estejamos incorretos em nossos raciocínios, além de necessário que estejamos abertos para revisar nossas crenças à luz de nova evidência. Já em relação à percepção, Haack parece julgar relevante mencionar sua posição falibilista para lidar com questões relativas a cenários nos quais confundimos aquilo que percebemos, caracterizamos incorretamente os objetos, pessoas, animais etc. que percebemos. Em circunstâncias mais drásticas, podemos pensar em cenários em que pessoas, sob efeito de álcool ou outras drogas, podem ter alucinações (cf. HAACK, 2009, p. 124-125). Ou seja, determinadas circunstâncias podem favorecer ou desfavorecer nossa confiabilidade na percepção. Para se entender melhor a posição de Haack em relação à falibilidade epistêmica humana, ver Haack (1977 e 1979).

enquanto sistemas ao invés de canais [...]” (GIBSON, 1966, p. 47. Tradução nossa). Nesse sentido, a percepção não é um estado passivo, como parece sugerir abordagens meramente causalistas da percepção, como no coerentismo. Como defende Gibson: “o observador que está consciente e alerta não aguarda passivamente pelos estímulos afetarem seus receptores; ele procura por eles. Ele explora os campos disponíveis de luz, som, odor e contato, selecionando o que é relevante e extraíndo a informação” (Idem, p. 32. Tradução nossa). O objetivo de Gibson era, claramente, se contrapor às abordagens baseadas em sensações, como a teoria dos dados dos sentidos. A detecção de informação é entendida como a capacidade de detectar “invariantes” no fluxo de estímulos que recebemos do ambiente, a partir dos quais baseamos nossas interações com ele (o ambiente)¹³⁶. Além disso, uma importante vantagem da teoria ecológica da percepção é a sua capacidade de colocar nossas capacidades cognitivas no ponto de vista evolutivo, baseado na aptidão, nesse caso, dos sistemas perceptuais dos organismos em mantê-los sintonizados com o ambiente (cf. HAACK, 2009, p. 162). Em suma, o que Haack parece querer defender com sua abordagem da percepção é que nossa atividade cognitiva – portanto, epistemicamente relevante – já começa nas nossas interações perceptuais com o mundo à nossa volta.

6. Considerações Finais:

A partir da discussão até aqui empreendida, podemos reunir algumas considerações pertinentes. As *teorias da justificação*, em se tratando de conhecimento empírico, dependem, substantivamente da *concepção de percepção* que defendem. Afinal, o contato mais íntimo dos seres vivos com o mundo externo é a partir das suas específicas capacidades cognitivas, tal como a percepção. As propostas tradicionais, como o coerentismo e o fundacionismo, parecem falhar em entender como a percepção participa dos nossos juízos sobre o mundo empírico. Acreditamos que, dificilmente, uma abordagem como a teoria dos dados dos sentidos ou como o

¹³⁶ De acordo com Gibson, o ponto central da percepção está em detectar invariantes, pois estas contém a informação sobre a estrutura do ambiente no qual o organismo está inserido e, tendo como base essa informação, o organismo-agente é capaz de explorar as *potencialidades* de ações e interações com seu ambiente. Estas são entendidas como variáveis do ambiente que *não mudam*, apesar do fluxo contínuo do estímulos. Por exemplo, enquanto observamos, sob diferentes ângulos (portanto, recebendo estímulos variantes) uma superfície sólida, as texturas presentes naquela superfície permanecem as mesmas (cf. MACE, 2005, p. 208). Ou, quando observamos dois objetos sob vários ângulos, a relação entre eles sempre permanece a mesma, como no caso de duas árvores sendo vistas de diferentes ângulos, no qual uma é maior que a outra. Do ponto de vista epistemológico, esse conceito gibsoniano parece ser bastante frutífero se encararmos a percepção como uma atividade epistemicamente relevante.

causalismo sejam teorias que deem conta de conectar a experiência às nossas capacidades racionais mais complexas, como nossas hipóteses sobre o mundo. Nesse contexto, a teoria fundarentista de Haack parece ser promissora, ao defender teses como o duplo aspecto da justificação (que envolve elementos causais e lógicos), a preferência pelo evidencialismo (o núcleo da epistemologia ser o conceito de evidência, não somente crenças), o gradualismo presente na justificação e o naturalismo modesto (que permite o fundarentismo estar sensível aos desdobramentos das ciências no que tange nossas capacidades e limitações cognitivas). Entretanto, o fundarentismo não é uma solução acabada, pronta e isenta de problemas. É preciso esclarecer a natureza da evidência experiencial, eliminar traços de obscuridade. Por exemplo, as relações entre nossas experiências perceptuais e nossas crenças, à luz do duplo aspecto da justificação, precisam ser esclarecidas em mais detalhes, mostrando as características específicas de cada tipo de evidência, seja ela introspectiva, sensorial ou crenças linguisticamente articuladas. A teoria ecológica da percepção e seu foco nas *interações* entre organismo e ambiente parecem apontar um caminho frutífero para entender como a percepção guia nosso conhecimento sobre o mundo. Além disso, é preciso acrescentar ao fundarentismo novas discussões sobre os elementos sociais presentes na construção do conhecimento, o papel da normatividade. Por fim, comparar a proposta fundarentista com alternativas rivais e buscar entender o que cada uma tem a aprender a com a outra.

Referências:

BOUNJOR, Laurence. A dialética do Fundacionismo e Coerentismo. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Ed.). *Compêndio de epistemologia*. Tradução de: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogerio Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012. pp. 191-229.

BOUNJOR, Laurence. *Epistemology: classic problems and contemporary responses*. 2. ed. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2010.

BOUNJOR, Laurence. *The structure of empirical knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

CARVALHO, Eros. *An actionist approach to the justificational role of perceptual experience*. Revista Portuguesa de Filosofia. v. 72, n. 2-3, p. 545-572, out. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44028685?seq=1>. Acessado em: 18 abr. 2021.

CHURCHLAND, Patricia. *Epistemology in the Age of Neuroscience*. The Journal of Philosophy. v. 10, n. 84, p. 544-553, out. 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2026917?seq=1>. Acessado em: 10 mai. 2021.

CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism: Essays in Epistemology*. Oxford: Clarendon Press., 2004.

DAVIDSON, Donald. A coherence theory of truth and knowledge. In: LEPORE, Ernest. *Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1986a.

DAVIDSON, Donald. Empirical content. In: LEPORE, Ernest. *Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1986b.

DE WAAL, Cornelis. *Sobre pragmatismo*. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

DUTRA, Luiz Henrique de A. *Introdução à epistemologia*. São Paulo: Unesp, 2010.

ETCHEVERRY, Katia Martins. *O fundacionismo clássico revisitado na epistemologia contemporânea*, 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3427#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20PUCRS%20O%20fundacionismo%20cl%C3%A1ssico%20revisitado%20na%20epistemologia%20contempor%C3%A2nea&text=Resumen%3A,justificadas%20de%20modo%20n%C3%A3o%20diferencial>. Acessado em: 11 fev. 2019.

GARDNER, Howard. *The mind's new science*. New York: Basic Books Inc., 1985.

GIBSON, James. *The senses considered as perceptual systems*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1968.

GRECO, John; SOSA, Ernest (Ed.). *Compêndio de epistemologia*. Tradução de: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogerio Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

HAACK, Susan. A Foundherentist Theory of Empirical Justification. In: SOSA, Ernest; et al. (eds.) *Epistemology: an anthology*. 2º ed. Oxford: Blackwell, 2008.

HAACK, Susan. *Defending Science - Within Reason: Between Scientism and Cynicism*. 2. ed. New York: Prometheus Books, 2007.

HAACK, Susan; KOLENDA, Konstantin. *Two Fallibilists in Search of the Truth*. Aristotelian Society Supplementary. v. 51, n. 1, p. 63-104, jul. 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4106816?seq=1>. Acessado em: 11 jan. 2021.

HAACK, Susan. *Fallibilism and necessity*. Synthese. v. 41, n. 1, p. 37-63, mai. 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20115371>. Acessado em: 15 jan. 2021.

HAACK, Susan. *Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology*. Oxford: Blackwell Publisher, 2009.

KORNBLITH, Hilary. *Knowledge and its Place in Nature*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LEPORE, Ernest (ed.). *Truth and Interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1986.

MACE, William M. *James J. Gibson's Ecological Approach: perceiving what exists*. Indiana University Press, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40339109?seq=1>. Acessado em: 13 ago. 2020.

MATTHEN, Mohan (Ed.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Perception*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SOSA, Ernest; et al. (eds.) *Epistemology: an anthology*. 2º ed. Oxford: Blackwell, 2008.

RUSSELL, Bertrand. *Our knowledge of the external world*. London and Chicago: Open Court Publishing, 1914.

SELLARS, Wilfrid. *Empirismo e filosofia da mente*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SNOWDON, Paul. Sense-Data. In: MATTHEN, Mohan (Ed.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Perception*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ZAGZEBSKI, Linda. *On epistemology*. Belmont: Wadsworth Publishing, 2009.